



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

CLAUDIA REGINA LINHARES SANTANA

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO
CAMPO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EMEF SALOMÃO ESCHRIQUE,
COMUNIDADE ALTO BRASIL, INTERIOR DO PARÁ**

SENADOR JOSÉ PORFIRIO
2019

CLAUDIA REGINA LINHARES SANTANA

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO
CAMPO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EMEF SALOMÃO ESCHRIQUE,
COMUNIDADE ALTO BRASIL, INTERIOR DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Rogério da Silva.

SENADOR JOSÉ PORFIRIO
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L735i Linhares Santana, Claudia Regina Os Impactos socioambientais e a influência da educação ambiental na escola do campo : uma análise sobre as práticas pedagógicas na EMEF Salomão Eschrique, interior do Pará / Claudia Regina Linhares Santana. — 2019. 37 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Rogério da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de
Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1.Educação Ambiental. 2. Sistema modular de ensino. 3. Formação continuada. I.
Título.

CDD 507.098113

CLAUDIA REGINA LINHARES SANTANA

**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO
CAMPO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EMEF SALOMÃO ESCHRIQUE,
COMUNIDADE ALTO BRASIL, INTERIOR DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Prof. Dr. Márcio Rogério da Silva, apresentado ao curso de Educação do Campo da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Educação do Campo.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Rogério da Silva
Orientador - UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Carla Giovana Rocha
Examinador interno - UFPA

Prof. Dr. Felipe Bittioli Rodrigues Gomes
Examinador interno – UFPA

RESUMO

O Brasil e o mundo vem enfrentando ao longo do tempo, problemas ambientais que passaram a comprometer a biodiversidade existente em todo o planeta. Neste contexto, várias conferências mundiais foram realizadas para tratar desta problemática. Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento – SAD (IMAZON, 2019), o Pará que apresenta o maior índice de desmatamento da Amazônia Legal, lidera o *hancking* dos estados que mais desvastam em todo o Brasil e o município de Senador José Porfírio está inserido nesta estatística. Dessa forma, este trabalho de pesquisa propõe fazer uma análise sobre o nível de abordagem em Educação Ambiental na Escola do Campo em relação ao desmatamento e retirada de matas ciliares na região que circunda a comunidade do Alto Brasil, a 48 Km da sede do município e faz parte da extensão do Projeto de Assentamento Jurauá. A pesquisa foi realizada especificamente na EMEF Salomão Eschrique e o intuito do trabalho gira em torno de uma ação reflexiva frente às questões ambientais presentes na comunidade. A pesquisa ateu-se a algumas informações constantes nos Tempos Comunidades I, II, III e IV, realizados entre as alternâncias do Curso de Educação Campo da Universidade Federal do Pará e visa principalmente, verificar a percepção do aluno e corpo escolar em relação à Educação Ambiental, bem como se há ações que promovam estratégias pedagógicas na abordagem de temas ambientais presentes na vida do campesino. Os resultados demonstram, que o Sistema Modular de Ensino dificulta, além do ensino-aprendizagem na área de Ciências da Natureza, a formulação de projetos didáticos voltados às questões ambientais, dificultando a Educação Ambiental na escola do campo. Após análise percebeu-se que outro fator importante, foi a formação do professor, que não condiz com a área do conhecimento em que trabalha. Além disso, não há formação continuada voltada especificamente para a Educação Ambiental.

Palavras Chaves: Educação Ambiental. Sistema Modular de Ensino. Formação Continuada.

ABSTRACT

Brazil and the world have been facing, over time, environmental problems that have begun to compromise the existing biodiversity throughout the planet. In this context, several world conferences have been held to address this issue. According to the Deforestation Alert System - SAD (IMAZON, 2019), Pará, which has the highest rate of deforestation in the Legal Amazon, leads the ranking of the most devastating states in Brazil and the municipality of Senador José Porfírio is included in this statistic. Thus, this research proposes to make an analysis about the level of approach in Environmental Education in the Field School in relation to deforestation and removal of riparian forests in the region surrounding the community of Alto Brasil, 48 km from the seat of the municipality and is part of the extension of the Jurauá Settlement Project. The research was carried out specifically at EMEF Salomão Eschrique and the aim of the work revolves around a reflexive action on the environmental issues present in the community. The research was based on some information contained in Times I, II, III and IV, between the alternations of the Field Education Course of the Federal University of Pará and aims mainly to verify the student's perception and school body in relation to Environmental Education, as well as if there are actions that promote pedagogical strategies in the approach of environmental themes present in the life of the peasant. The results demonstrate that the Modular Teaching System makes it difficult, in addition to teaching-learning in the area of Natural Sciences, to formulate didactic projects focused on environmental issues, making it difficult for Environmental Education in the rural school. After analysis it was noticed that another important factor was the teacher training, which does not fit the area of knowledge in which he works. In addition, there is no continuing education focused specifically on Environmental Education.

Key-words: Environmental education. Modular Teaching System. Continuing Education.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	8
2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO	11
2.1	Educação Ambiental no Brasil alinhado ao ordenamento jurídico	14
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA.....	15
3.1	Breve histórico da comunidade Alto Brasil	16
4	METODOLOGIA.....	20
4.1	Área de Estudo	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5.1	Práticas Pedagógicas alinhadas ao conceito de Educação Ambiental na Escola do Campo .	25
5.2	A Educação Ambiental sob outra ótica	29
5.3	Sistema de Ensino aplicado no Campo.....	31
5.4	Questões Ambientais abordados em Sala de Aula	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
7	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais que afetam o planeta tem despertado a atenção da sociedade desde a década de 70, e vários movimentos em defesa do Meio Ambiente uniram instituições de diversos países, na busca por soluções para essa problemática. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's¹, o crescimento tecnológico tem contribuído para que a alteração no cenário ambiental gerando consequências indesejáveis que se agravam com igual rapidez (PCN, 2001, p.173).

A degradação do meio ambiente se transformou em um problema grave, mobilizando representantes e chefes de Estado em conferências mundiais, com objetivo de estabelecer medidas como solução deste problema. Contudo, as consideradas “Grandes Potências Mundiais” de poderio econômico hegemônico, tem como prioridade o setor econômico, sem se dar conta que essa relação foge aos padrões de inter-relação e interdependência entre natureza/sociedade (PCN, 2001).

Leite (1999) afirma que a educação rural² sempre esteve atrelada à vontade de grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sociocultural, especificamente camponesas.

Segundo os PCN's de (2001), no eixo “Meio Ambiente”, as conferências realizadas já no final do século passado e início deste, tais como: Estocolmo na Suécia (1972), Nairóbi no Quênia (1982), Rio de Janeiro no Brasil (1992), Johannesburgo na África do Sul (2002), Rio de Janeiro no Brasil (2012), foram realizadas com o enfoque voltado para o cenário mundial em que se encontra o meio ambiente. Esses encontros geraram metas que já foram cumpridas, e outras traçadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, através de medidas que visam o desenvolvimento sustentável.

Não há dúvida de que a continuidade da vida humana sobre a terra, induz a uma fundamental reflexão quanto à necessidade do alinhamento de concepções

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais – são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação, separados por disciplina. Os PCN's são adotados tanto pela rede pública quanto pela rede privada de ensino, em caráter obrigatório.

² Surgiu em 1917, no Brasil, quando o aumento do fluxo de migração da zona rural para urbana, torna-se um problema para o estado. A partir daí, a Educação Rural passa a ser um meio de conter as migrações, sendo planejada no espaço urbano e aplicada na área rural. (SIMÕES; TORRES, 2011).

sobre a temática “Meio Ambiente” e os instrumentos jurídicos, no intuito de harmonizar a dimensão econômica com o conceito de sustentabilidade.

Nesse sentido, a produção do conhecimento e a contribuição para o desenvolvimento de concepções críticas, necessita de intermediação entre professor-educador e aluno-indivíduo social. Em contra-partida, as diferentes fases da vida da pessoa humana são importantes, uma vez que cada etapa, sucede à formação de uma concepção crítica e participativa dos direitos e deveres para com o meio e para com a sociedade. Segundo Jacob (2003), a Educação Ambiental, deve ser desenvolvida como uma prática sócio – educativa integrada, contínua e permanente, mantendo-se em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Nessa perspectiva, pode-se destacar, conforme Jacob (2003), que a Educação Ambiental é de fato um dos métodos adotados no combate à degradação ambiental, com a formação de conceitos que regem uma postura cada vez mais comprometida com a maneira de preservar, conservar e administrar os recursos que a natureza oferece. Logo, o tema “Meio Ambiente”, incluiu-se como tema transversal, no currículo escolar, considerando o aluno como disseminador do conhecimento, para que tenham um olhar diferenciado, analítico e reflexivo diante de suas ações no meio em que vive.

Com os avanços tecnológicos, a produção econômica em larga escala contribuiu para devastação em massa e exploração desenfreada dos recursos naturais. A madeira, por exemplo, é comercializada muitas vezes de forma ilegal, sem projetos de manejo sustentáveis que possam garantir a continuidade desses recursos. Conforme o Ministério do Meio Ambiente, a indústria química, que produz inseticidas, fungicidas no combate às pragas de lavouras ou pastos, comprometem o meio ambiente, provocando assim, o desequilíbrio ecológico e a contaminação dos igarapés e leitos dos rios, através da lixiviação³ (MMA, 2017).

Os grandes empreendimentos de extração de minério, que geram empregos em massa, implantados através dos grupos de interesse econômico, em algumas regiões do país, priorizam o lucro e não se preocupam com o meio ambiente, gerando consequências indesejáveis com danos ao meio ambiente e a vida humana.

³ processo erosivo provocado pelas ações físicas ocasionadas na camada superficial do solo sem cobertura vegetal. Geralmente o escoamento das águas provoca a lavagem da camada, permeabilidade, contaminação e assoreamento de fluxos d'água. (MMA, 2017)

São ameaças que comprometem as futuras gerações, cujo danos podem se tornar irreversíveis caso não haja sensibilização do indivíduo social de que sem o meio ambiente não há vida.

Dentro desse contexto, observou-se o quanto estão sendo degradados os Recursos Naturais na Comunidade Alto Brasil, localizada a 48 km da sede do município. Os pontos mais alarmantes são relacionados ao desmatamento de florestas e retirada de Matas Ciliares dos leitos dos Igarapés, que circundam a comunidade. Durante a realização dos Tempos Comunidades I. II. III e IV, e diante das observações feitas, surgiu a seguinte pergunta: Como a Educação Ambiental está sendo aplicada dentro do espaço escolar, na Comunidade do Alto Brasil, na EMEF Salomão Eschrique⁴, como meio de sensibilização para mudanças das práticas de conservação e uso dos recursos naturais, uma vez que, questões ambientais estão presentes no cotidiano campesino?

Neste seguimento, o objetivo geral da pesquisa se propõe a analisar como é a abordagem da Educação Ambiental na Escola do Campo – EMEF Salomão Eschrique, promovendo uma ação reflexiva em torno da problemática.

Para se entender a dinâmica entre a Comunidade Escolar e o Meio Ambiente, têm-se como objetivos específicos, Análisar a percepção dos alunos, dos professores e da comunidade, em relação a Educação Ambiental no espaço escolar; Verificar junto ao professor de Ciências da Natureza se há ações que promovam a realização de Projetos Didáticos para o ensino de Educação Ambiental; Verificar se o ensino de Educação Ambiental é aplicado de forma interdisciplinar; Analisar o grau de conhecimento da comunidade escolar frente às questões ambientais.

No presente levantamento, parte-se da hipótese de que o alto índice de degradação do Meio Ambiente na comunidade Alto Brasil, não está sendo abordado de forma efetiva no espaço escolar, comprometendo o desenvolvimento de novos valores e atitudes no relacionamento dos sujeitos sociais com o meio. Vale ressaltar, que a prática educacional deverá estar associada com as práticas socioeconômicas, culturais e políticas de um determinado grupo social, para que o alinhamento das concepções possam conectar-se através da disseminação do conhecimento. (SECAD, 2007).

⁴ Escola Municipal de Ensino Fundamental, oficialmente fundada na Comunidade do Alto Brasil, interior do município de Senador José Porfírio, em 1998. (SEMED, 2015).

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO

A primeira conferência relacionada à degradação do meio ambiente aconteceu em Estocolmo, capital da Suécia. Porém, bem antes desse encontro, já se cogitavam assuntos relacionados à questão ambiental, como o encontro da União Internacional para Conservação da Natureza que aconteceu em Paris em 1948, onde foi mencionado pela primeira vez o termo “Educação Ambiental” (MEC, 2007).

Antes havia-se a concepção de que a natureza era fonte inesgotável de recursos naturais. Com o passar do tempo foi necessário a efetivação da legislação brasileira ambiental para mostrar que apesar de ser um bem comum a todos, o problema ambiental e a construção social, necessitam de medida estratégica para “frear” o uso indiscriminado dos recursos que a natureza oferece e tratá-los com maior responsabilidade.

A Conferência de Estocolmo⁵ (1972), foi o marco inicial para implementação da Educação Ambiental como parâmetro transformador de interesse social. A ação educativa voltada para a conservação do Meio Ambiente gerou o primeiro “Programa Internacional de Educação Ambiental”⁶. (PCN, 2001).

Após a Conferência de Estocolmo, em 1975, que aconteceu em Belgrado (Iugoslávia), o Programa Internacional de Educação Ambiental deu origem à Carta de Belgrado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, neste documento, um dos princípios norteadores é o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental do mundo. A Carta de Belgrado, é um documento destacado como marco inicial voltado para as questões ambientais (MMA, 2012).

Embora seja o início de um novo olhar para as condições em que se encontra o Planeta, a partir deste marco conceitual, diretrizes foram elaboradas para que os recursos naturais se tornassem de fato, um bem comum a todos. Com base neste parâmetro, anos mais tarde, começou-se a pensar na Educação Ambiental, como

⁵ Encontro internacional promovido pelas Nações Unidas que ocorreu em Estocolmo, inserida na agenda pública, capital da Suécia, com objetivo de sensibilizar a sociedade em melhorar sua relação com o Meio Ambiente atendendo as necessidades da geração presente sem comprometer as gerações futuras.

⁶ PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental, promovido em Belgrado na Iugoslávia, através do Encontro Internacional de Educação Ambiental, com os seguintes princípios norteadores, onde a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltadas para os interesses internacionais.

enfoque interdisciplinar. A Educação Ambiental passou a ser tratada como eixo temático, dentro do campo da transversalidade, como prática educacional que envolve a participação do indivíduo social e da coletividade. (PCN's, 2001, p.229).

Neste período, aconteceu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, através da UNESCO⁷ e do Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA⁸, que definiram e objetivaram princípios e estratégias que perduram até os dias atuais, mostrando que a Educação Ambiental e o ensino formal precisam caminhar lado a lado, tendo como base, casos concretos que envolvem questões ambientais. (ONU, 2012)

Vários eventos relacionados ao Meio Ambiente se sucederam nas décadas de 70, 80 e 90, dando origem ao termo “sustentabilidade”, como conceito capaz de assegurar desenvolvimento sustentável às futuras gerações o direito de satisfazerem também suas próprias necessidades.

Na década de 80, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizada em Moscou, através da UNESCO, destacou a Educação Ambiental, como necessária nos sistemas educacionais dos países (PCN, 2010). Em 1991, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁹, através da ONU e demais entidades, propôs ações estratégicas de sustentabilidade, no sentido de que, todo recurso renovável deve ser usado de forma responsável e de maneira racionalizada, permitindo assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Segundo a Organização das Nações Unidas:

“Se uma atividade é sustentável, para todos os fins práticos, ela pode continuar indefinidamente. Contudo não pode haver garantia de sustentabilidade em longo prazo porque muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis”. (ONU, 1991).

Com relação aos termos “Preservação” e “Conservação”, seu conceito baseia-se numa corrente ideológica. Apesar da dicotomia, ambos são elementares para proteção dos recursos naturais como fonte renovável. Em termos de “Preservação”,

⁷ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estabelecido em 1972, agência do Sistema ONU responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável.

as medidas preventivas teriam um alto grau de vigilância para manter afastada, toda e qualquer ação antrópica em áreas ambientais. Contudo, o termo “Conservação”, se adequa de forma mais precisa, dentro dos limites permitidos que, dependendo das formas de manejo, a qualidade e o equilíbrio da Biodiversidade estariam assegurados (PADUA, 2006).

Vale ressaltar que no Brasil a Conferência Rio 92, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, foi um dos eventos importantes que contou com a participação da sociedade civil a nível mundial, no que tange a formulação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Neste documento encontram-se princípios que regem diversos aspectos como: a interdisciplinaridade, sustentabilidade, a formação do senso crítico, a diversidade e outros, tornando-se, no entanto, modelo harmônico de desenvolvimento. (SENADO, 1992).

O site do Ministério do Meio Ambiente, afirma que a Agenda 21 que também é tratada na Conferência Rio 92, é um documento que serve como plano de ação, constituída através da sociedade civil, para amenizar os impactos provocados pela ação do homem ao meio ambiente. As dimensões nela constantes, estão voltadas para a construção de uma sociedade sustentável. A Agenda 21 é um documento que serve como plano de ação a ser adotado nos âmbitos: global, nacional, estadual e local, considerando todas as áreas em que a ação humana impacta o Meio Ambiente, tendo como base o planejamento do futuro de form sócioambientalmente sustentável.

Em 1997, houve a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade, na Tessalônica, promovida pela Unesco e o Governo da Grécia. O foco principal da Conferência é “Ambiente e Sociedade”. Reuniram-se nesta Conferência, mais de oitenta e três países cujo objetivo principal do evento era a análise das metas, recomendações e orientações que foram promovidas através das Conferências anteriores (EDUCAÇÃO, 1997).

Com a proposta de “Integrar os princípios, valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem”. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), foi uma proposta aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que visa o desenvolvimento sustentável para 2005 a 2014. Embora a proposta esteja voltada

para a “saúde” do planeta, ou seja, o indivíduo social deve ter em mente que os recursos naturais não são inesgotáveis e que devemos promover o desenvolvimento de maneira sustentável (UNESCO, 2017).

Surge então o Tratado de KYOTO, colocado em vigor em 2005. O instrumento visa principalmente à redução dos gases poluentes, responsáveis pelo aumento do aquecimento global. Neste documento foram estipuladas várias medidas, dentre elas está a redução de 5,2% de emissão de gases poluentes na atmosfera entre 2008 – 2012 (DECININO, 2019).

Segundo o site Rio +20, acontece na cidade do Rio de Janeiro - RJ, um evento veio para reafirmar o acordo entre as nações, no sentido de que é por meio de uma educação essencialmente de qualidade que o desenvolvimento sustentável e a inclusão social são possíveis.

Vinte anos após o Rio 92, também chamado de ECO92, alguns países não aderiram ao movimento. Isso ocorreu devido à crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e no Continente Europeu. Apesar da catástrofe que se denominou o encontro, novas metas serão definidas e traçadas em 2020.

2.1 Educação Ambiental no Brasil alinhado ao ordenamento jurídico

A Constituição Federal através do artigo 205, assegura ao Estado a obrigatoriedade de garantir a todos, educação como forma de promover o exercício da cidadania e o preparo para o mercado de trabalho. Porém exercer cidadania, significa ter a responsabilidade e o comprometimento com o meio em que vive, considerando os aspectos de interrelação com o Meio Ambiente.

Outrossim, a própria Constituição Federal traz em seu ordenamento jurídico, um capítulo inteiro relacionado ao Meio Ambiente, constante no artigo 225 a regulamentação por parte do Estado para que o meio possa estar ecologicamente equilibrado, atendendo às necessidades das gerações presente e futuras (BRASIL, 1988).

Vejamos o que versa o art. 225 da CF/88:

Art. 225 – Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

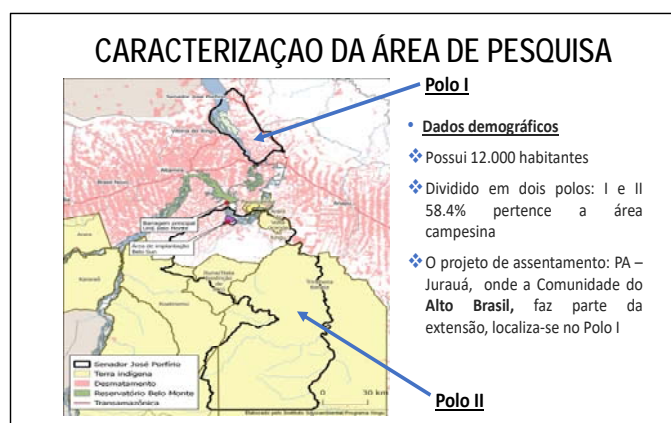
Ainda no inciso VI, vale ressaltar que é dever do Estado "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente" (BRASIL, 1988, p. 45). Pode-se perceber que, embora conste na Constituição Federal, os artigos que regem as condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente foram regulamentados para maior legitimidade do referido pleito.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Senador José Porfírio, segundo dados do IBGE – Instituto de Geografia e Estatística, possui cerca de 12.000 (doze mil) habitantes. (IBGE, 2010). Dentre este número, vivem atualmente na sede do município cerca de 5000 (cinco mil) pessoas.

Segundo o IBGE (2010), a diferença resultante da quantidade de habitantes estão distribuídos na área rural, que subdivide-se em Campo I e Campo II, pois localizada à margem direita do Rio Xingu, Senador José Porfírio é um município de área descontínua, limitando-se ao norte com os municípios de Porto de Moz e Portel, bem como Vitória do Xingu e ao Sul, com o município de São Felix do Xingu. Como mostra a figura abaixo:

Figura 01 – Mapa de Senador José Porfírio



Fonte: Secretária de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT/ 2019.

A comunidade do Alto Brasil que faz parte da extensão do Projeto de Assentamento Jurauá, objeto dessa Pesquisa, está localizada na PA-167 a 48 km da sede do município. O Campo II, destaca-se por apresentar áreas de reserva indígena, porém de difícil acesso e as escolas localizadas no Campo II, são distantes do centro urbano e os alunos muitas vezes deixam de frequentar a escola em decorrência da falta de manutenção nas estradas que dão acesso às instituições de Ensino.

3.1 Breve histórico da comunidade Alto Brasil

Sabe-se que a escola é o espaço de aprendizagem e formação de indivíduos sociais. Portanto, é através dela que se promove a reflexão em torno do desenvolvimento sustentável em relação aos recursos naturais constituintes do Bioma Amazônico. Vale ressaltar que as questões ambientais estão presentes na vida dos camponeses cotidianamente.

Para que se compreenda a dinâmica, é necessário verificar o contexto histórico que começa a partir da década de 1980, quando os primeiros imigrantes vindos para o município de Senador José Porfírio se instalaram na Comunidade que atualmente denominamos Alto Brasil. São famílias oriundas de outros estados como Maranhão, Ceará e Pernambuco. Essas famílias mudaram de estado em busca de melhores condições de vida, chegando até a comunidade Alto Brasil. Esses dados constam na Pesquisa de Campo do Tempo Comunidade I, promovida pelo Curso de Educação do Campo – 2015.

Foto 02 – Comunidade do Alto Brasil



Fonte: Pesquisa de Campo/ 2019.

Segundo Moura (2008), este movimento se deu devido à busca por terras para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Logo surgiram as primeiras compras de extensão de terras, bem como, os primeiros “Posseiros” na região, que eram pessoas que se apropriavam de vários hectares de terra no intuito de extrair madeira em troca de insumos e mantimentos para manutenção da família. Subordinado ao novo modelo de “Patrão”, no caso o comprador de madeira, chamado de madeireiro. O posseiro passa a exercer a função de extrativista e a mulher passa à tarefa básica de cuidar da roça juntamente com os filhos. Geralmente a roça era de pequeno porte e subsistência. Segundo Lessa (2007):

Os extratores de épocas passadas se transformaram em posseiros. O posseiro também vivia subordinado ao novo tipo de Patrão. [...] Raramente o posseiro conseguia receber dinheiro nas mãos (saldo) [...] o madeireiro (patrão) sempre inventava uma desculpa [...] o saldo deveria ser tirado em mercadoria vendido pelo próprio patrão. Era uma vida jogada na madeira (LESSA, 2007, p. 90).

Alguns proprietários de terras, iniciaram suas atividades com o mínimo de conhecimento agrícola, além de não serem atendidos com assistência técnica por parte de órgãos do governo federal e municipal, como EMATER¹⁰, SEMA¹¹, SEMAT¹², SEMAGRI¹³, dentre outros. Sem assistência ou informação jurídica, os “Chefes de Famílias”¹⁴, como são caracterizados, passaram a retirar as matas ciliares dos leitos dos igarapés de forma inconsciente, bem como de parte das florestas que ocupavam suas propriedades. Conforme relata um dos moradores da região. (TC I/ 2015).

Todavia, perceberam que as terras do Bioma Amazônico eram pobres para o plantio e, sem assistência técnica adequada ou informações, não conseguiriam produzir o suficiente. Surgem então, as primeiras dificuldades encontradas na vida dos produtores, que os levou a praticar um novo ramo de economia, a extração da madeira nativa.

¹⁰ Empresa de Assistência Técnica Rural

¹¹ Secretaria Estadual de Meio Ambiente

¹² Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

¹³ Secretaria Municipal de Agricultura

¹⁴ Principal responsável por prover o sustento da casa.

Segundo Moura (2008), a primeira serraria montada para beneficiamento de madeira no município foi do Grupo REICON¹⁵ – Rebelo, Industria, Comércio e Navegação, que deu origem a um novo aspecto para a economia, gerando empregos e renda para o município. Na década de 80, a fonte de economia do município baseava-se somente nos recursos financeiros oriundos do Governo Federal, repassados para a Prefeitura Municipal e, nas atividades de extração da borracha, caça e pesca.

Com a instalação da primeira Serraria promovida pelo grupo REICON, oportunizou a instalação de outras empresas de beneficiamento de madeira, tais como BRUMASA¹⁶, MADENORTE¹⁷, entre outras. (MOURA, 2008).

A exploração de madeira foi aumentando, à medida que crescia a necessidade de mais matéria-prima. Segundo Moura (2008), entre os anos de 1990 a 2000, profundas mudanças ocorreram no território, se tornando perceptíveis a modificação no espaço rural, pois entre homem e natureza já não existia mais uma relação de pertencimento, mas sim de domínio. Moura afirma que:

As instalações das empresas madeireiras entre 1990 e 2000 promovera profundas mudanças na forma de apropriação e uso do território, na área da localidade. O processo de extração madeireira alterou significativamente a estrutura espacial e demográfica local, modificando as relações que se estabelece entre o homem e a natureza, redefinindo o ambiente do espaço da região do Alto Brasil (MOURA, 2008, p. 29).

Com o passar dos anos, a devastação foi se estendendo para além das comunidades. Contudo, os empregos que passaram a ser ofertados eram somente no setor primário da economia. Neste caso à funções de: catraqueiros¹⁸, piões¹⁹, bofeteiros²⁰, etc.

¹⁵Rebelo Indústria, Comercio e Navegação - Grupo de empresas nos ramos de transporte rodo - fluvial, tickets alimentação, refeição e combustível.

¹⁶ BRUMASA – Madeireira S.A – Empresa de Beneficiamento de Madeira instalada no Município de Senador José Porfírio na década de 90.

¹⁷ MADENORTE – Empresa Madeireira e Materiais de Construção, instalação em Senador José Porfírio com a finalidade de beneficiar madeira para exportação.

¹⁸ Em número de quatro pessoas, tratavam-se da equipe de embarque das toras de madeira de forma artesanal, em caminhões. Dentre os catraqueiros também poderiam se incluir o motorista.

¹⁹ Pessoas que faziam o serviço braçal na abertura de piques para passagem dos caminhões de transporte da madeira. Utilizavam ferramentas como motosserra, facas, falcões, teçados e outros.

²⁰ Geralmente recebia a designação de bofeteiros, o motorista do caminhão, que transportava a madeira dentro dos piques ou o dono do caminhão que negociava a carga com os compradores de madeira nativa, chamados de “Madereiro”.

Durante as negociações e comercialização do produto, o extrativista, que em alguns casos era o dono do caminhão que transportava a tora para fora da floresta, vendia a tora em metro cúbico para o grande madeireiro, que vendia as toras para serrarias, daí ocorrendo o processo de importação para o sul do país e exportação para países da América e Europa (MOURA, 2008).

Toda essa dinâmica contribuiu para que o cenário que envolve as comunidades locais no município de Senador José Porfírio, principalmente nas áreas campesinas, sofressem modificações (SANTOS, 1988).

Agora, o fenômeno se agrava na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação de seu valor vem de uma luta sem trégua entre diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo (SANTOS, 1988, p. 44).

A ineficiência do Estado, não consegue conter o interesse de maneira efetiva a redução das áreas de desmatamento. Tampouco de incentivar projetos de manejo sustentável. De acordo com o depoimento de um dos moradores da comunidade, com a retirada da vegetação nativa, a área passou a servir para o plantio. Porém como o bioma amazônico é pobre em nutrientes, geralmente se planta um único ano. Com terras inférteis, a área desmatada passa a ser utilizada para o plantio de capim, incentivando a pecuária. (TC I, 2015). Atividade que se assemelha à dos posseiros, como consta na obra “Dono é quem desmata” de Torres, Doblas e Alarcon (2017):

O caráter extensivo da atividade reporta aos vultuosos números do desmatamento na região [...] o que impulsiona a derrubada de florestas [...] Embora a destinação de toda a área desmatada na região fosse para formação de pastagens, chamava a atenção o fato de os principais desmatadores não terem uma única cabeça de gado. Essa modalidade de desmatamento baseia-se, resumidamente, na aquisição de terras de florestas, seguidas de derrubada, formação de pastagem e, enfim, da venda da área (TORRES, DOBLAS, ALARCON, 2017, p. 77).

Segundo alguns campesinos, os mesmos afirmam faltam políticas públicas e assistência técnica, por parte da gestão pública. Caso contrário, a tendência é de aumento das áreas de desmatamento. (TC I, 2015).

Logo, o agronegócio apropriou-se da gratuidade natural em troca das relações mercantis, sempre a serviço do próprio capital. Com isso a agricultura familiar fica

cada vez mais suprimida. Situação perceptível durante os trabalhos nos Tempos Comunidades.

4 METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada através de um roteiro de entrevista de cunho qualitativo, feita através de abordagem direta com os sujeitos envolvidos. Foram entrevistados moradores, alunos, professores e representantes de órgãos do Governo.

Minayo (2002), afirma em sua obra “Pesquisa Social”, que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivo, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21).

Logo, a entrevista semiestruturada, atende a uma investigação subjetiva do problema, permitindo análise dos dados, onde a cientificidade após o processo investigatório adquire outros referenciais, chamado de teoria. Minayo, defende que “toda investigação se inicia com um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (MINAYO, 2002, p. 18).

4.1 Área de Estudo

A EMEF Salomão Eschrique, escola polo do Campo I, objeto desta pesquisa, atende alunos da Comunidade do Alto Brasil e região circunvizinha. O Diagnóstico foi realizado a partir do levantamento de dados, coletados durante as entrevistas. Como suporte teórico foram usados livros e artigos científicos, além da legislação pertinente ao assunto abordado e informações constantes dos Tempos Comunidades I, II, III e IV.

A EMEF Salomão Eschrique atende a 158 alunos, segundo dados que constam no Projeto Pedagógico 2011. Embora os dados estejam contidos em documento

oficial da escola, o instrumento precisa ser atualizado, pois desde 2011 o Projeto Pedagógico não foi reformulado. Fato este comprovado perante a estimativa de alunos que atualmente a escola atende e o nível de evasão que acontece todo ano.

Figura 03 – Escola Polo – EMEF Salomão Eschrique (Vista Panorâmica)



Fonte: Pesquisa de Campo/ 2015

De acordo com a sistematização de dados, 12 entrevistas foram realizadas durante a pesquisa, cujos entrevistados classificam-se em: 02 (dois) representantes de órgão do Governo Municipal – SEMAGRI e SEMAT; 02 (dois) moradores antigos da Comunidade Alto Brasil, com idades de 67 e 68 anos, sendo que o primeiro cursou apenas as séries iniciais e o segundo não frequentou a escola; 03 (três) professores do quadro funcional da Prefeitura Municipal, sendo um concursado e dois contratados, e 05 (cinco) alunos da EMEF Salomão Eschrique do 7º ao 9º ano, com idades mínimas de 11 (onze) a 26 (vinte e seis) anos.

Para análise dos dados e manutenção de sigilo quanto aos nomes das pessoas entrevistadas, identificou-se através de siglas. Aos Professores as siglas utilizadas foram P1, P2, P3. Aos alunos, denominou-se com as siglas A1, A2, A3, A4, A5. Aos representantes das Famílias mais antigas, as siglas M1, M2 e, aos representantes de Órgãos da Gestão as siglas das pastas a qual são responsáveis, que determinará melhor sistematização e análise dos dados, atendendo a um caráter qualitativo e exploratório.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados do primeiro Tempo Comunidade – TC I realizado entre as alternâncias do curso de Educação do Campo, promovido pela Universidade Federal do Pará, as famílias que residem na Comunidade do Alto Brasil são cerca de 20 (vinte), cujo o número de residentes de cada família varia entre 4 a 12 pessoas com idade mínima de 10 a 12 anos (crianças) e adultos com idade mínima de 30 a 60 anos. A maioria das crianças é de netos dos proprietários residentes na localidade.

Em relação às atividades agropecuárias praticadas na região, o tipo de atividade econômica aumentou nos últimos anos significativamente. Segundo os moradores, esse aumento está relacionado com a atividade agrícola. Isso porque a terra é fraca para a lavoura, o que leva a agricultores a fazer plantio de roça somente uma vez por ano e depois a plantação de capim e formação de pastos.

Segundo os pequenos agricultores, a retirada das árvores e da vegetação nativa, libera espaço para atividades agrícolas. Em contrapartida, com a terra fraca para lavoura e com a falta de apoio técnico especializado, novas áreas vão sendo abertas para plantio e as áreas anteriores, aproveitadas para plantio de capim destinadas à pecuária.

Analisando os cuidados que o agricultor tem com a terra, percebe-se que faltam técnicas de manejo para o cultivo de espécies, considerando os níveis de organização das populações no ecossistema. O agroecossistema, seria um dos meios para o manejo sustentável em uma unidade produtiva, com mecanismo reguladores que assegurem a resistência e manutenção do sistema de produção, incorporando as qualidades de ecossistema natural de resiliência. Sem contar, outras diversidades de culturas e seus benefícios.

No município de Senador José Porfírio existem escritórios de órgãos do governo municipal e estadual, tais como: SEMAT, SEMAGRI e EMATER. Esses órgãos tem papel relevante na disseminação de informações sobre o cuidado com a terra, cultivo responsável e a conservação do meio ambiente. A legislação que rege a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT, baseia-se no Conselho Estadual de Meio Ambiente de 5 de novembro de 2015, conhecido como COEMA nº 120. No instrumento jurídico, a proteção do Meio Ambiente e combate à poluição estão em consonância com o art. 17, incisos VI e VII da Constituição do Estado do Pará que, segundo o art. 6º do referido dispositivo legal, prevê:

Art. 6º - Serão implementadas ações de divulgação e de Educação Ambiental, direcionadas aos entes municipais responsáveis pelo licenciamento de atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local. (BRASIL, 2015).

Apesar de garantida em lei das ações de preservação/ conservação, a SEMAT – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo afirma não possuir recursos humanos para promover ações de sensibilização e fiscalização em áreas de vulnerabilidade ambiental.

Mesmo contando com acervo significativo de materiais de divulgação, relacionados ao Meio Ambiente, a falta de pessoal, segundo informações do próprio representante legal da pasta, dificulta o que de fato seriam as atribuições do referido órgão. Embora sejam apresentadas muitas dificuldades, a SEMAT está elaborando um Projeto Piloto denominado “Sala Verde Porfiriense”. Neste Projeto estão pontuadas algumas ações que serão desenvolvidos com o apoio da Gestão Municipal ainda no ano de 2019. Através desse projeto, a SEMAT pretende cumprir com êxito seu papel no âmbito da Educação Ambiental em parceria com as diversas Instituições de Ensino, principalmente com as escolas das áreas rurais.

Em vista ao mesmo parâmetro de dificuldade, a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, se apresenta em situações semelhantes à repartição acima mencionada. A falta de recursos humanos e de iniciativas por parte do governo em relação a Projetos a serem implementados no município, para novas práticas de trabalho. Apesar dos entraves mencionados, o representante do referido órgão afirma que alguns projetos destinados às atividades agrícolas já foram implementados em gestões anteriores, não deixando de atender às comunidades ribeirinhas, bem como ao campesinato.

Fato este que pode ser confirmado nas informações prestadas pelos entrevistados:

Vim pro município em 80, e passei a morar com minha família próximo a vila que hoje se chama Alto Brasil. Nunca tive apoio da SEMA e nem me disseram se eu podia tirar as “aves”²¹ ou não. Como eu ouvia falar que tinha muita onça por aqui, resolvi “limpar tudo”²², até adiante do igarapé. Pra te falar a verdade, a única vez que vim ter contato com esse povo (Semagri e Emater), foi na época do FNO... Criei uns gadinhos, me ajudou um pouco. Mas acabei com o ramo... (M1). Esse FNO deixou muita gente dipindurado²³. É! Esse dinheiro aí! Que veio para comprar umas “resis”²⁴!. Mas também foi só. Ninguém deu apoio pra nós aqui não...(M2).

Os campesinos, como relatado no Tempo Comunidade I – TC I, 2015, alegam falta de assistência técnica e informações por parte dos órgãos que integram a gestão municipal, o que permitiu ao homem do campo ações predatórias junto ao meio ambiente.

Ainda, quando indagados sobre a quantidade de terra que constituíram na época de chegada ao município e, quanto de área verde (Mata em pé) que possuem atualmente, os entrevistados responderam:

No ano de chegada, eu adquirei 300 (Trezentos) hectares de terra, tinha muita caça e dava até pra pescar no riacho. Açai!? Tinha os monte, la em cima na cabeceira da nascente, do olho d'água, que o gado acabou! Pisando!. Agora tenho só 120 (cento e vinte) hectares de mata. A caça ta difici e não se pesca mais por aqui, mode o riacho que se acabou. (M1). Quando cheguei aqui, era um mundarel de mata, jurquirão mermo. Eu comprei 150 (cento e cinquenta) hectares. Mais se tu for ver, só tem 15 (quinze) de área coberta(área de mata). Usava o capoeirão, pra plantar “lavora” branca. “Impreitava” com um, com outro e ia trabaiano na roça. Na época pegava muito jabuti, paca, tatu, mateiro²⁵...(M2)

Quando perguntado aos entrevistados M1 e M2, sobre qual o ponto vista em relação aos efeitos danosos provocados ao Meio Ambiente, e o que fariam se tivesse o poder de reverter o cenário que se encontra a propriedade hoje? Eles responderam:

É muito difícil brocar a terra sem fazer mal pra natureza. Precisamos trabaiar. De onde eu vim (Maranhão), não tinha terra pra plantar. A gente era humilhado. Vim pra cá na sorte! Truxeram eu, mais meus “fi” e minha “muyer”. Quando vi esse mundão de meu Deus, eu disse: _É aqui que vou ficar. Foi dificultoso. Mas quero falar aqui que o colono, não pode levar a

²¹ Termo usado pelo campesino para se referenciar a árvores.

²² Refere-se à retirada das árvores da propriedade.

²³ Palavra de uso popular usada para caracterizar pessoas que mantinham compromissos bancários.

²⁴ Palavra de uso local para referir-se à “Cabeças de Gado”.

²⁵ Conhecido como veado, o mateiro é um quadrupede herbívoro ruminante de hábitos noturnos que vive sozinho ou em grupos e nos mais diferente ambientes.

culpa só não. Depois que abriram as estrada, aí o negócio mudou. Dona Maria (entrevistadora), a terra é fraca e o Prefeito não dava “assistência”. Por isso que nós mudou de ramo (atividade econômica). (M1). Eu fui o “primero” morador dessa região (Comunidade do Alto Brasil), comigo vêi eu, meu sogro, meu irmão e meu cunhado. Fui eu, quem escolheu o nome da Vila e minha muier que pediu a escola pra cá. Tudo aqui era mata fechada. Tinha muita onça, mas nunca vi uma. Mode a mata fechada, chovia todo dia, faça inverno, faça verão. Hoje ta tudo mudado. As “aves” tão se acabando e a vila diminuindo. Daqui uns tempo, isso aqui tudo vai se acabar. Os madeireiros tão levando tudo embora. E os vêi ficando só. (M2).

O sentimento de culpa e de aflição identificados nos depoimentos dos moradores mais antigos, demonstra que para eles, não há mais o que fazer para reverter a situação que se encontra o Meio Ambiente, principalmente na área em que vivem. Isso mostra o quanto a Educação Ambiental é importante para as gerações presentes. Ou seja, como deixar um legado para as gerações futuras, se não houver um trabalho conjunto face a concepção de ética, de responsabilidade social, compromisso ambiental e exercício da cidadania?

Capra (2006) defende a visão holística e sistêmica de inter-relação e interdependência entre seres de um mesmo sistema. Onde o valor intrínseco de todos os seres vivos, inclusive seres humanos estão interligados no que chama de “Teia da Vida”. Essa teoria parte do pressuposto de que estamos condicionados a um sistema com relações socioambientais, por sermos seres biológicos e orgânicos. E quando refere-se aos paradigmas econômicos, defende que na crise civilizatória, os interesses socioeconômicos estão se sobrepondo às questões ambientais.

O autor ainda afirma que “temos dificuldade para pensar em termos sistêmicos porque vivemos numa cultura materialista, tanto com respeito a seus valores quanto à sua visão de mundo essencial. (CAPRA, 2006, p. 426).

5.1 Práticas Pedagógicas alinhadas ao conceito de Educação Ambiental na Escola do Campo

Em relação às práticas pedagógicas alinhadas ao conceito de Educação Ambiental na escola do campo, foram entrevistados três professores do quadro funcional. Segundo o entrevistado P1 a escola atende cerca de 158 (Cento e cinquenta e oito) alunos, conforme consta o PP – Projeto Pedagógico/ 2011. Tal informação não condiz com os dados do entrevistado P2, que pertence ao quadro funcional de Contratados. De acordo com seus cálculos, estima-se que haja em

torno de 85 (oitenta e cinco) alunos, provenientes das localidades do Bambu, Água Preta, Cutiã e Pa-167. Quanto ao entrevistado P3, que também pertencente ao quadro funcional, na qualidade de contratado, nada declarou (ND).

Quando perguntado sobre o Sistema Modular de Ensino, o entrevistado P1, vê no sistema um meio de conter gastos por parte da gestão pública, uma vez que no campo existe a distorção idade/série, e o número de alunos por turma é reduzido.

Já o entrevistado P2, afirma que o Sistema Modular de Ensino, atrapalha o aprendizado do alunado, pois as aulas são ministradas uma vez por ano, de forma intensiva. O entrevistado P2, garante que os alunos não assimilam com efetividade o conteúdo repassado e, quando retornar no ano seguinte, provavelmente já terão esquecido grande parte dos assuntos que foram abordados.

O entrevistado P3, concorda com o ponto de vista do entrevistado P2. Porém, considera que a gestão pública esteja exercendo um postura correta, devido o numero reduzido de alunos que a cada ano vem diminuindo.

Analisando as informações, tais argumentos remetem ao conceito do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), que surgiu através das lutas sociais dos povos do campo, em promover às comunidades longínquas, o direito de acesso a educação. A Educação do Campo que retrata a luta dos sujeitos sociais em prol da escola como formação e transformação do sujeito social, ainda perpassa por situações que comprometem a qualidade de ensino. Segundo Arroyo (2007):

A formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos. Há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, de convívio sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. (ARROYO, 2007, p. 158).

Arroyo (2007) mostra claramente que a educação do campo é vista como “esmola” para as populações tradicionais. O autor destaca que o padrão urbano é, ainda hoje, visto como modelo de civilidade, cuja diversidade das populações tradicionais, em alguns casos, é colocado em segundo plano.

Rodrigues (2009), vai além, quando ressalta a precarização das práticas pedagógicas e as medidas mediatistas na Educação do Campo, fazendo do sistema multiseriado nas áreas campestinas, uma regra e não mais uma exceção. Com base

nos argumentos apresentados, o sistema modular de ensino aliado ao ensino multisseriado, dificulta a abordagem da Educação Ambiental no espaço escolar. Principalmente no ensino de ciências que está mais interligado com as abordagens nessa área.

Com base na análise dos dados obtidos, na Dimensão Pedagógica – Percepção Ambiental, alinhado aos dados constantes do Tempo Comunidade II, pode-se ter uma visão de como ainda se encontra a questão Político Pedagógica da Escola. O documento escolar que deveria retratar o perfil da comunidade agrega atualmente sete escolas do Campo I do Município de Senador José Porfírio, com perfis diferenciados. Tratam-se de comunidades camponesas, ribeirinhas, pescadores e extrativistas

Voltada para questões ambientais, os dados mostram, segundo o entrevistado P1, que o Projeto Pedagógico, apesar de ser um documento estático, possui diretrizes voltadas para o Meio Ambiente. Porém, durante a Pesquisa de Campo - Tempo Comunidade III (2017), não se constatou nenhum projeto didático que abordasse questões ambientais presentes no cotidiano do aluno.

Na realidade, a EMEF Salomão Eschrique não consegue retratar através do Projeto Pedagógico o perfil da comunidade que atende, muito menos a identidade de povos tradicionais com culturas diferentes.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, traz no seu ordenamento jurídico a normativa abaixo:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola (LDB, 1996, p. 14).

Analizando o referido preceito legal, verifica-se que a Lei de Diretrizes e bases dá plena autonomia para as escolas produzirem seus Projetos Pedagógicos, refletindo o perfil da comunidade local. Como instrumento transformador da própria realidade. Nele estarão contidos a proposta curricular, metodologias adotadas, diretrizes sobre formação de professores, diretrizes de gestão administrativa, dentre outros.

Contudo, o Projeto Pedagógico da EMEF Salomão Eschrique, menciona que o currículo deve ir além da listagem de conteúdos a serem trabalhados pelo professor.

Ou seja, a proposta do projeto é resgatar os saberes que o aluno traz em seu cotidiano e inseri-los na sua vida escolar, uma vez que o currículo não pode ser separado do contexto social do educando.

O que se observa na prática, são ações divergentes do que prevê o referido documento. Segundo Libâneo (2005): "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação."(LIBÂNEO 2005, p.345).

O entrevistado P2, reconhece que o tempo para se produzir um Projeto Didático que aborde questões ambientais é mínimo. Sua metodologia é baseada em eixos e seu maior inimigo é o tempo.

Por ser um professor itinerante e permanecer na localidade somente 22 (vinte e dois) dias, alega que procura sempre que possível, adaptar o material à realidade do aluno, mas que muitas vezes, temas ambientais como: Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, dentre outros, passam despercebidos. O entrevistado P3, também afirma que não consegue trabalhar em sala de aula de maneira efetiva, pois a distorção idade/ série prejudica a forma de ensino.

Em se tratando das práticas de ensino na área de Educação Ambiental, o entrevistado P1, argumenta que o material didático, mesmo seguindo o padrão da área urbana, aborda questões ambientais, o que para ele já é suficiente para que o aluno possa ter um ensino de qualidade. Enquanto que o entrevistado P2, apesar de não ser formado na área de Ciências da Natureza aproveita o livro didático para algumas adaptações e abordagem de temas como lixo.

Embora o entrevistado P2 não possua curso de formação voltado para a área específica de Ciências, acredita que cursos de formação continuada, iriam contribuir para uma nova postura como educador. Afirma que Educação Ambiental é importante, mas coloca culpa no sistema quanto a falta de abordagem de tais temas.

A entrevistada P3, que é recém formada, alega que para ela, tentar consolidar questões ambientais com conteúdos ministrados em sala de aula não é tarefa fácil. E menciona a falta de apoio por parte da coordenação em assegurar formações e mais assistência escolar na Instituição de Ensino.

5.2 A Educação Ambiental sob outra ótica

A EMEF Salomão Eschrique atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano. Entre eles, estão alunos com necessidades educacionais especiais. Todos são impactados por uma série de fatores limitantes que geram influência direta na educação escolar. Tratam-se de sujeitos sociais que compartilham de situações socioambientais presentes cotidianamente no campesinato. Tais como:

1 - Surgimento de voçorocas e assoreamento de igarapés

Figura 04: Voçoroca (km 16)



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Figura 05: Assoreamento de Igarapé



Fonte: Pesquisa de campo 2019

2 – Assoreamento e áreas devastadas para atividades como pecuária

Figura 06: Assoreamento de igarapé Comunidade Alto Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Figura 07: Áreas desmatadas para Pecuária



Fonte: Pesquisa de campo 2019

3 - Estrada e transporte de madeira

Figura 08: Estradas de difícil acesso



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Figura 09: Transporte diário de madeira



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Durante a pesquisa de campo, foram selecionados, dentro deste segmento, alunos do 7º e 9º ano, com idades entre 12 a 26 anos para serem entrevistados. Em sua maioria, pertencentes a regiões circunvizinhas e que, durante o inverno²⁶ enfrentam dificuldades de locomoção, pois a estrada torna-se de difícil acesso.

Um dos temas mais abordados em sala de aula, e mencionado durante a entrevista, refere-se ao cuidado com as Matas ciliares, porém, não é trabalhado de forma interdisciplinar. Foi questionado aos discentes, se o professor já trabalhou Projetos Didáticos que abordem temas relacionados a: Lixo, Desmatamento, Erosão, Matas Ciliares. A resposta do alunado foi a mesma, ou seja, todos responderam que o lixo é o tema mais trabalhado em sala de aula. Como mostra figura abaixo:

Figura10: Atividade de reciclagem



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Figura11: Atividade de campo sobre o lixo



Fonte: Pesquisa de campo 2019

²⁶ Com as chuvas as estradas passam a ficar praticamente intratáveis ocasionando deslizamentos e atoleiros nos travessões e Rodovia prejudicando o acesso e permanência do alunado à unidade de ensino.

Inclusive, relataram que já houve aulas realizados em campo onde o professor levava as turmas para conhecer a situação de depósito dos lixos domésticos e quais os danos para a saúde pública que esse processo poderia causar, caso os utensílios não fossem descartados corretamente. O resultado das aulas de campo sobre o lixo foi a sensibilização dos moradores quanto ao descarte de lixo doméstico às margens da Rodovia Pa -167. C

Quando perguntado aos alunos, sobre a formação dos docentes nas áreas do conhecimento, principalmente Ciências da Natureza, pôde-se constatar que geralmente os professores que chegam às áreas campesinas são professores recém – formados ou professores que não possui graduação específica na disciplina ministrada.

Portanto, o modo como os alunos reagem com relação aos “Mini” projetos didáticos, relacionados à Educação Ambiental, desenvolvidos até o momento, somente sobre o lixo, acaba se tornando de grande valia, uma vez que, os alunos são disseminadores do conhecimento. Pode-se imaginar, caso a interdisciplinaridade, fosse trabalhada em todas as áreas do conhecimento, o alunado teria uma ótica completamente comprometida com a conservação/ preservação do meio ambiente, atendendo a uma percepção, não de ser superior, mas de pertencimento.

Ainda sobre a Dimensão Pedagógica – Percepção Ambiental, 40 % (quarenta por cento) dos alunos afirmam que não desejam permanecer no campo após concluir o Ensino Fundamental e que pretendem deixar suas propriedades para dar continuidade aos estudos. Sendo que 60% (sessenta por cento) se absteve de resposta.

5.3 Sistema de Ensino aplicado no Campo

Sobre a avaliação dos conteúdos, se estão condizentes com a realidade campesina, 90 % (noventa por cento) do quadro de entrevistados acreditam que em parte, as aulas são condizentes com a realidade, porém, não é um processo habitual.

Quanto aos livros didáticos, segundo os entrevistados, são livros da área urbana que não refletem o perfil da comunidade. As questões ambientais, apesar de fazerem parte do cotidiano no campesinato, ainda é vista de maneira tímida. A ausência da comunidade junto à escola na luta por uma atividade econômica de maneira sustentável, deixa que o homem do campo fique alheio às informações relevantes de proteção/ conservação do meio em que vivem.

As estradas ficam comprometidas pela falta de manutenção, ocasionando deslizamentos e atoleiros, com isso o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos sofrem alterações, pois a maioria dos alunos não conseguem manter a frequência para cumprimento do calendário escolar, comprometendo a avaliação e o aproveitamento escolar, além da assiduidade do aluno.

5.4 Questões Ambientais abordados em Sala de Aula

Sobre as questões ambientais, presentes na vida do campesino, quando perguntado aos discentes sobre a situação dos igarapés que circundam a Comunidade, 60% (sessenta por cento) declara que os igarapés estão regularmente conservados e os outros 40% (quarenta por cento) em caráter regular.

Sobre os entrevistados, com relação aos igarapés, 20 % (vinte por cento), afirma que existe assoreamento nos igarapés dos lotes e que a causa do assoreamento foi o desmatamento nas áreas que circundam os igarapés. 20 % (vinte por cento) se absteve de dar informação e 60% (sessenta por cento) afirma não haver assoreamento às margens dos igarapés.

Sobre a vegetação nativa, 90% (noventa por cento) afirma existir vegetação nativa às margens dos igarapés que pertencem às suas propriedades e 100% (cem por cento) não possuem problemas com relação à água.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicabilidade do ensino de Educação Ambiental nas demais áreas do conhecimento, considerando a interdisciplinaridade como fator de desenvolvimento para a consciência ecológica, ainda encontra entraves. Segundo a pesquisa, a formação continuada no âmbito da Educação Ambiental, não é promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

Trabalhar a Educação Ambiental de forma interdisciplinar, exige do docente uma capacitação voltada especificamente para o tema, através da Formação Continuada. Sabe-se que o meio ambiente encontrar-se presente no cotidiano dos camponeses e ainda são oferecidos às áreas rurais, professores com formação divergente da disciplina a ser trabalhada, a exemplo pode-se destacar o ensino-aprendizagem na área de Ciências da Natureza, cujo os alunos do 9º (nono) ano sentem-se prejudicados, pelo fato de o professor apresentar dificuldade em ministrar aulas da disciplina de Física e Química clássica, como introdução ao ensino médio. Isso se dá devido o professor ser formado na área de Educação Física. Fator constatado deste o primeiro Tempo Comunidade realizado na comunidade no Alto Brasil em 2015.

Essa situação permite que o grau de conhecimento dos alunos, bem como da comunidade, frente às questões ambientais, não seja significativo para o desenvolvimento de concepções críticas, de cunho social, condutas e valores, para exercício da cidadania. Nessa análise, o indivíduo social que deveria ser guardião das demais espécies, passa a ser predador e destruidor do meio em que vive, explorando de forma desenfreada os recursos que a natureza oferece.

No que se refere ao questionamento que norteou esta pesquisa sobre como a Educação Ambiental está sendo aplicada dentro do espaço escolar, na Comunidade do Alto Brasil, como meio de sensibilização para mudanças das práticas de conservação e uso dos recursos naturais.

Após reflexão feita analisando os dados coletados nas entrevistas com alunos, professores e membros da comunidade, chegou-se à seguinte conclusão: as abordagens sobre educação Ambiental nas aulas de ciências da natureza deveriam ser mais reflexivas, dinâmicas e interdisciplinares. Foi feita análise da percepção dos alunos e professores e eles concordaram que deveria ter mais projetos voltados para alertar a comunidade sobre questões ambientais. O entrave maior é que o professor

que assume a cadeira de ciências da natureza na escola da comunidade, não tem formação específica nesta área do conhecimento, o que dificulta o desenvolvimento de atividades voltadas para as questões ambientais.

Portanto, deixa-se o alerta para que as futuras gerações tenham preocupação em aprender mais sobre o cuidado com a natureza e o equilíbrio entre os trabalhos das famílias camponesas e a conservação da natureza em seu entorno. Cujo as práticas sustentáveis possam possibilitar às gerações futuras o mesmo acesso aos recursos naturais que se tem hoje.

7 REFERÊNCIAS

A ONU E O MEIO AMBIENTE. **Nação Unidas do Brasil**, 2012. Disponível em: <nacoesunidas.org>. Acesso em 14/07/ 2019.

AFINAL, QUAL A DIFERENÇA ENTRE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO?. *Jornalismo Ambiental*. **O Eco**, 2006. Disponível em: <oeco.org.br>. Acessado em: 14/07/2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. In: *Educação do Campo*. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157 – 176, maio/ago. 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa. Lei, de 05 de outubro de 1988. (BRASIL, 1988)

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Meio Ambiente**. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/ 96, de 20 de dezembro de 1996.

PARÁ, Constituição do Estado. Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Encarte. 6. Ed. Belém, 2008.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix; 2006.

CONFERÊNCIA DE THESSALONIKI. **Biologia**, 1997. Disponível em <portaleducação.com.br>.Acessado em: 18/07/2019.

CONFERÊNCIA RIO 92 SOBRE O MEIO AMBIENTE DO PLANETA: Desenvolvimento sustentável dos países. **Senado**, 1992. Disponível em <Senado.gov.br>.Acessado em: 14/07/2019.

DECININO, Ronaldo.**Protocolo de Kyoto**: Países se comprometeram a reduzir a emissão de gases. **Uol**. Disponível em <educação.uol.com.br>.Acessado em: 18/07/2019.

JACOB, Pedro. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. 2003. 203f. *Cadernos de Pesquisa*, n.118. Artigo. São Paulo, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LESSA, Ivair Ferreira. **Município de Senador José Porfírio**: Ciclos Econômicos, Vida Política e Panoramas Socioeducacionais. 1. Ed. Belém/ Pa: Meridional, 2007.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social, Teoria Método e Criatividade. Editora Vozes. Edição 21ª. Petrópolis 2002.

_____. **Educação Ambiental**: Aprendizizes de sustentabilidade. Cadernos SECAD 1. Org. Secretaria de Educação Continuada, Educação e Diversidade. Brasília, 2007.

MOURA, Irandir Mendes. ***Distrito do Alto Brasil: Aspecto Sócio Espacial, Ambiental, Cultural, Político e Econômico***. 2008. 50f. Monografia de Pós – graduação. Instituto Superior de Teologia Aplicada – Faculdades INTA, Altamira, 2008.

PEDRO, João. Imazon divulga dados do desmatamento na Amazônia e aponta aumento em comparação com janeiro do ano passado. Imazon, 2019. Disponível em <imazon.org.br>. Acessado em: 19/07/2019.

PROJETO PEDAGÓGICO, Escola Municipal de Ensino Fundamental Salomão Eschrique, Polo do Campo I, 2011.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Rio +20**, 2012. Disponível em: <rio20.gov.br>. Acesso em: 19/07/2019.

RODRIGUES, U, M. RODRIGUES, S, J, D. Educação do campo: fomento imprescindível na luta pela reforma agrária In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo. São Luís: EDUFMA, 2009 (Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec. 1988.

TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D. F. **Dono é quem Desmata**: Conexões entre Grilagem e Desmatamento no Sudoeste Paraense. 1 Ed. São Paulo : IAA, 2017, p.77.

DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Unesco**, 2017. Disponível em <unesco.org>. Acessado em: 18/07/2019.